

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.761.236 - GO (2018/0212894-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : **GIOVANE DIEGO DA SILVA CARVALHO**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ MURILO SOARES DE CASTRO - GO006955**  
: **FERNANDA REZENDE DE LISBOA E OUTRO(S) - GO029340**  
**RECORRIDO** : **ELIANA MARIA DA COSTA GUTIERREZ**  
**ADVOGADO** : **FABIO GONÇALVES DUARTE E OUTRO(S) - GO025771**

## **EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A DECISÃO QUE REJEITOU A ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. NÃO CABIMENTO.*

*1. Inadmissível o recurso de agravo de instrumento diante da ausência de previsão do Código de Processo Civil.*

*2. Conforme entendimento assentado no julgamento do Recurso Especial n.º 1.704.520/MT, de Relatoria da Ministra NANCY ANDRIGHI, sob o rito dos repetitivos, o rol do art. 1.015, do Código de Processo Civil, é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.*

*3. Na hipótese dos autos, inexistência de urgência a exigir a imediata apreciação da questão relativa à prescrição em sede de agravo de instrumento, podendo ser analisada no momento do julgamento do recurso de apelação.*

*4. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E DESPROVIDO.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por GIOVANE DIEGO DA SILVA CARVALHO com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (fl. 78):

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*INSTRUMENTO. DECISÃO QUE REJEITOU A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO SUSCITADA PELA RECORRENTE. HIPÓTESES DE CABIMENTO. ART. 1.015 DO CPC. ROL TAXATIVO. NÃO ENQUADRAMENTO. SITUAÇÃO FÁTICA NÃO ALBERGADA PELO DISPOSTO NO ART 487, I, DO NCPC. RECURSO INADMISSÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO.*

*1 - As hipóteses de cabimento do recurso de Agravo de Instrumento estão elencadas em rol taxativo previsto no art. 1.015 do CPC.*

*2 - A decisão singular que rejeita a prescrição não está prevista dentre as hipóteses elencadas no rol taxativo do artigo 1.015 do novo Código de Processo Civil, o que dá ensejo ao não conhecimento do recurso nesta parte, nos termos do artigo 932, III, do referido diploma legal, por absoluta inadmissibilidade.*

*AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

Consta dos autos que GIOVANE DIEGO SILVA CARVALHO interpôs agravo interno objetivando a reforma da decisão monocrática proferida pelo Des. Relator que, nos autos da ação de indenização por danos morais, materiais e estéticos proposta por ELIANA MARIA COSTA GUTIERREZ em desfavor do recorrente e do BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS, não conheceu do agravo de instrumento por manifesta inadmissibilidade.

O Tribunal de Justiça de origem negou provimento ao agravo interno conforme a ementa acima transcrita.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente alegou violação ao art. 1.015, do Código de Processo Civil, ao argumento de cabível a interposição do agravo de instrumento. Acenou pela ocorrência de dissídio jurisprudencial. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Houve apresentação de contrarrazões às fls. 113/117.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece provimento.

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, ao julgar o recurso de agravo interno, destacou o seguinte quanto ao não cabimento do agravo de instrumento (fls. 75/77):

# *Superior Tribunal de Justiça*

(...)

*Conforme relatório, cuida-se de AGRADO INTERNO interposto por GIOVANE DIEGO SILVA CARVALHO, com fundamento no artigo 1.021 do CPC face à decisão monocrática proferida pelo des. Amaral Wilson de Oliveira (evento n. 4), com fulcro no artigo 932, III, do Código de Processo Civil, a qual não conheceu do agravo de instrumento por manifesta inadmissibilidade (artigo 1.015, do CPC).*

***Em suas razões recursais (evento n° 8), a Agravante alega o desacerto da decisão recorrida, argumentando, para tanto, que cabe agravo de instrumento de decisão interlocutória que analisa e refeita a prejudicial de mérito - prescrição, conforme determina o inciso II, do artigo 1.015, do CPC e enunciado n° 161 do FPPC.***

*Analizando o petitório do agravo interno, a despeito das assertivas da recorrente, não vislumbro elementos a autorizarem a alteração da decisão agravada.*

*É certo que a prescrição exerce influência na criação ou extinção de direitos. Não obstante, caracteriza-se, principalmente como exceção posto que reconhecida a sua incidência no direito a que se funda a ação, o então titular do direito prescrito carecerá de interesse processual, matéria a ser alegada antes da discussão do mérito, consoante regra do inciso XI do artigo 337 do NCPC.*

***Destarte, a interpretação sistemática dos artigos 1.015, II e 487, II, ambos do CPC/15, leva à conclusão de que apenas a decisão interlocutória que reconhece a prescrição ou a decadência admite a interposição de agravo de instrumento.***

***O mesmo não se pode dizer da decisão que rejeita estas prejudiciais de mérito. Nestes casos, a inexistência de prejuízo é tão evidente que a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça é "assente no sentido de que, por ser matéria de ordem pública, a análise de ocorrência ou não de prescrição, não ocorre preclusão pro judicato". Precedentes. Resp. 1.450.361/RN; Edcl no AgRg no REsp. 1.358.343/RS. AgRg no REsp 1.517.891/ES.***

***Contudo, a rejeição da prescrição ou da decadência pelo juízo a quo, como no caso dos autos, não configura prejuízo a exigir***

***uma imediata reanálise pelo Tribunal.***

*Isso porque, tratando-se de matéria não recorrível por agravo de instrumento, não há preclusão imediata, mas sim postergada para o momento da interposição de eventual recurso de apelação.*

*Por essa razão, estabeleceu o art. 1.009, § 1º, do CPC/2015, que as questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões. (...)*

***Nesse contexto, não obstante a argumentação levantada pela agravante o acolhimento do agravo não tem como subsistir, já a rejeição como prejudicial de mérito (prescrição) o legislador processual não a excluiu no rol taxativo do artigo 1.015 como decisão passível de agravo.***

*Assim, por não apresentar respaldo em nenhuma das hipóteses previstas no art. 1.015, do CPC, conclui-se que o agravo de instrumento não cumpre o requisito da adequação, como reconhecido na decisão agravada (g.n.).*

Nesse contexto, verifica-se que o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás não merece reforma.

Em primeiro lugar, verifica-se que não está prevista no rol do art. 1.015, do CPC, a possibilidade de interposição do agravo de instrumento contra a decisão que afastou a ocorrência de prescrição. Dessa forma, inadmissível o recurso de agravo de instrumento diante da ausência de previsão do Código de Processo Civil.

A propósito:

***AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ROL TAXATIVO DO ART. 1.015 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREVISÃO. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. INVIABILIDADE.***

***1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).***

***2. A determinação de prestação de contas não é matéria prevista no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. No presente caso, não se observa situação de urgência ou risco do perecimento do direito.
4. Não é possível majorar os honorários na hipótese de interposição de recurso no mesmo grau de jurisdição (art. 85, § 11, do CPC/2015).
5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804458/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 21/11/2019)

Em segundo lugar, conforme entendimento assentado no julgamento do Recurso Especial n.º 1.704.520/MT, de Relatoria da Ministra NANCY ANDRIGHI, sob o rito dos repetitivos, o rol do art. 1.015, do Código de Processo Civil é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição de agravo de instrumento apenas quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

A propósito:

**RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.**

1 - O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2 - Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as "situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação".

3 - A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência,

# *Superior Tribunal de Justiça*

*insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art.*

*1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.*

*4 - A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.*

*5 - A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.*

*6 - Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.*

*7 - Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.*

*8 - Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.*

*9 - Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1704520/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*em 05/12/2018, DJe 19/12/2018)*

Transpondo tal entendimento para a hipótese dos autos, verifica-se que não existe qualquer urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação que permita a utilização do recurso de agravo de instrumento.

**Ante o exposto, com base no art. 932, inciso IV, do CPC/15, conheço e nego provimento ao recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

